



4191585



08106.002735/2017-58



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

**REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**REDE EAD-SENASP**

**RELAÇÃO DE EMENTAS DE CURSOS**



**ABRIL DE 2017**



4196358



08106.002735/2017-58

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****EMENTA****RESOLUÇÃO DE CONFLITOS AGRÁRIOS****RCA**

Informações gerais:	Modalidade: Curso a distância Carga Horária: 60h/aula Área da Matriz Curricular Nacional: Área temática IV – Modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos.
Apresentação:	Os conflitos agrários no Brasil passaram a ter destaque sob a coordenação de Movimentos Sociais organizados, através de ocupações de áreas rurais, produtivas ou não. Por meio das “ocupações” esses movimentos exercem pressão social e/ou política sobre as autoridades constituídas buscando efetivar a realização da reforma agrária. Por conseguinte, tais fatos geradores fazem surgir a participação dos poderes públicos constituídos, através de suas instituições públicas, para a resolução dos conflitos agrários que irão advir. Neste contexto, importa descrever o papel de cada um dos órgãos públicos envolvidos, em especial a participação dos órgãos de polícia ostensiva a quem cabe assegurar o cumprimento de ordens judiciais emanadas em torno de um litígio agrário.
Público de Interesse:	O curso se destina a Policiais Federais, Rodoviários Federais, Cíveis, Militares, Bombeiros Militares e Guardas Municipais.
Requisitos:	Este curso não exige que tenham sido realizados cursos anteriores na Rede EaD-SENASP.
Recomendações:	Recomenda-se que você tenha disponibilidade de 5 a 7 horas por semana para leitura dos módulos e materiais complementares, pesquisas, realização de exercícios e interação com tutor e demais estudantes.
Conteúdo Programático:	Módulo 1- Aspectos históricos, constitucionais e conceituais Módulo 2- Instituições públicas envolvidas na resolução de conflitos e os movimentos sociais Módulo 3- Sistema de gerenciamento de conflitos agrários e seus aspectos práticos Módulo 4 – Emprego operacional e documentação pertinente
	<b>BALESTRERI, Ricardo Brisola. Direitos humanos: coisa de</b>

Referências  
Bibliográficas:

**polícia**. 2. ed. Passo Fundo: Capec, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 15 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

PEREIRA, Rosalinda P. C. **A teoria da função social da propriedade rural e seus reflexos na acepção clássica de propriedade: questão Agrária e a Justiça**. São Paulo: RT, 2000.

SANTOS, Adilson Bispo dos e SANTOS, Marcos Antonio Correia dos: **Reintegração de posse dos imóveis rurais: atuação da PM Alagoas baseada na negociação e respeito aos direitos humanos**. APMSAM, 2003.